

A lança e as cartas: escrita indígena e conflito nas reduções do Paraguai – século XVIII

Spears and letters: indigenous writing and conflict in the Paraguayan reductions in the 18th century

Eduardo Santos Neumann¹

eneumann@portoweb.com.br

Resumo. Na história das reduções guaranis localizadas na Província Jesuítica do Paraguai, a prática da escrita indígena atingiu, em algumas épocas, níveis surpreendentes. Um deles foi durante os trabalhos de demarcação de limites na América do Sul, por efeito do Tratado de Madri (1750). A reação escrita e as manifestações bélicas dos índios missionários diante do referido Tratado desencadearam um conflito sem precedentes na região, uma rebelião colonial conhecida como “Guerra Guaranítica”. Os textos escritos pelos índios, durante o período de conflito nas reduções, têm revelado um aspecto pouco conhecido da ação indígena. Nessa ocasião, além de lutarem empunhando as suas lanças, eles também utilizaram a escrita como arma, um instrumento para protestar contra as contradições do colonialismo ibérico e denunciá-las.

Palavras-chave: escrita indígena, Guerra Guaranítica, missões guaranis.

Abstract. In the history of the Guarani reductions in the Jesuit Province of Paraguay indigenous writing reached surprisingly high levels at different moments during the 18th century. One of them occurred during the demarcation of borders in South America that resulted from the Madrid Treaty (1750). The mission Indians’ reaction against the treaty through the use of writing and weapons unleashed an unprecedented conflict in that area. This was a colonial rebellion also known as the “Guarani War.” The texts written by the Indians during that conflict in the reductions reveal a somewhat unknown aspect of their action. Besides fighting with their spears, they also used writing as a weapon which became an instrument to protest against the contradictions of Iberian colonialism and to denounce it.

Key words: indigenous writing, Guarani missions, Guarani War.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento e do Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)-Brasil.

Introdução

As pesquisas históricas realizadas recentemente, a respeito da organização social estabelecida nas reduções

guaranis, têm apresentado resultados inovadores frente às interpretações tradicionais e apologéticas geralmente difundidas sobre o passado missionário. Entretanto, apesar da renovação por que passa a temática, ainda há carência

de estudos que analisem as apropriações efetuadas por parte dos indígenas à instrução alfabética promovida pelos jesuítas no Paraguai colonial. Ausência que se faz notar, principalmente, diante do fato de que as reduções guaranis configuravam-se, entre os séculos XVII e XVIII, como um espaço social da escrita.

Na história das reduções, a prática da escrita indígena atingiu, em alguns períodos, níveis surpreendentes. Um deles foi durante a demarcação de limites na América do Sul, por efeito do Tratado de Madri (1750). A reação escrita, como as manifestações bélicas, dos guaranis aos termos ajustados no Tratado desencadearam um conflito sem precedentes na região, uma rebelião colonial conhecida como “Guerra Guaranítica”. Esta guerra é um dos temas mais recorrentes sobre a negativa indígena às ordens de transmigração. Iniciava um dos capítulos mais intensos e polêmicos da história da América colonial.

Nas últimas décadas, os historiadores têm demonstrado um interesse renovado em relação aos textos escritos pelos ameríndios, papéis raros, preservados na forma de séries, coleções ou algum manuscrito inédito². E, no caso das reduções guaranis, foram os lingüistas que sinalizaram pioneiramente a existência de um *corpus* documental escrito pelos índios missioneiros (Morinigo, 1946, p. 29-37). A importância conferida a tais acervos, conjugados a uma nova perspectiva teórico-metodológica, contribuiu para uma reavaliação geral das dinâmicas socioculturais estabelecidas na América colonial.

Alfabetização e elite indígena nas reduções

Por meio da orientação alfabética ministrada pelos jesuítas aos guaranis, particularmente aos *índios principais*, no caso os caciques e seus descendentes, foram dadas as condições para que eles aprendessem a escrever. A habilidade manifesta pelos guaranis em manusear os caracteres grafados relaciona-se às práticas de alfabetização de que as ordens missionárias lançavam mão, no âmbito de suas estratégias de catequese. Nesse contexto os guaranis apropriaram-se da escrita³.

De fato, o trabalho letrado executado pelos índios, por muitos anos, foi direcionado à tradução e adaptação de textos religiosos, mais do que uma atividade propriamente de expressão criativa. A escrita serviu, inicialmente, à

reprodução do cânone religioso. Através da prática da “reescrita cristã” ou de tradução, eles foram iniciados na reinvenção de seu idioma, estimulando o exercício de recriação lingüística e estilística (Villagra-Batoux, 2002).

Assim, em meados do século XVII, segundo uma das fontes da época, os guaranis já estavam exercitando sua competência gráfica. Por meio do jesuíta Francisco Jarque, que compilou informações de outros religiosos que atuaram na Província Jesuítica do Paraguai, somos informados de que um cacique da redução de Loreto compôs *Pláticas y Sermones en su lengua* e, uma vez concluída a redação dos sermões, ofereceu aos padres seus textos, como contribuição ao trabalho de evangelização (Jarque, 1687, p. 361).

Contudo, a promoção social através da alfabetização foi algo limitada, ainda mais quando à capacidade de ler e escrever não se apresentava como funcional a todas as modalidades de trabalhos executados nas reduções. Isso levou o ensino da escrita a ficar restrito a um grupo, a uma elite indígena. Apesar do contato diferenciado da população missioneira com a “razão gráfica”⁴, a escrita ocupou um papel de destaque no cotidiano da vida em redução (Orué Pozzo, 2002).

Convém esclarecer que nem todos os índios que integravam a elite das reduções eram alfabetizados. De fato, esta elite não se apresentava de maneira homogênea. Havia clivagens entre os indígenas que ocupavam cargos e funções na administração interna das reduções, diferenças manifestas no gerenciamento das tarefas. Em termos gerais, podemos indicar uma divisão tripartida, uma tipologia definida por critérios de “recrutamento”. Inclusive, é difícil estabelecer uma diferenciação rígida entre os três níveis.

Os caciques apresentaram um papel de destaque nos anos iniciais da vida em redução. Por sua atuação como lideranças, mediando as relações entre os jesuítas e os demais guaranis, eles receberam o título honorífico de Don (Kern, 1982, p. 40). Os filhos dos caciques, pela condição hereditária conferida a essa função, formavam uma nobreza indígena. O segundo grupo foi escolhido pelos jesuítas. Os padres missioneiros souberam valorizar os indígenas de talento, preferencialmente para as tarefas administrativas que o gerenciamento das reduções demandava⁵. Igualmente, ao lado desses dois grupos, figurava um outro, uma elite definida a partir do mérito religioso e empenho devocional. O fervor religioso e a devoção cristã serviam de critério para definir aqueles indígenas que poderiam atuar

² Para uma aproximação a este tema, ver Gibson (1967), Wachtel (1976), Gruzinski (1991), Lockhart (1999), Ganson (2003) e Melià (1999; 2005).

³ Através do exame das “criações cotidianas”, das “artes de fazer” (Certeau, 1994), é possível perceber como os guaranis se apropriaram da escrita alfabética destinando a ela novas finalidades. Houve uma ação criativa desses índios nos usos que fizeram da tecnologia gráfica extensiva a todos produtos do ocidente (escrita, livros e imagens).

⁴ A expressão “razão gráfica” foi cunhada por Jack Goody, antropólogo inglês, que dedicou atenção aos efeitos produzidos pela introdução da escrita alfabética em sociedades tradicionais. A escrita é considerada como uma ferramenta para o desenvolvimento do intelecto, uma experiência individual, que transforma os processos cognitivos resultando na “domesticação do pensamento selvagem”. Ver Goody (1987; 1988).

⁵ Para uma descrição pormenorizada do perfil dos integrantes da elite missioneira e as tarefas desempenhadas, ver Haubert (1990, p. 223-232).

junto às congregações, espaços voltados ao aperfeiçoamento da fé cristã e disciplina religiosa. O fato de participar de uma congregação também era sinônimo de habilidade com algum instrumento musical. Por certo que entre estes segmentos havia cruzamentos, e um indígena poderia estar inserido em mais de um grupo.

Os papéis escritos por esses guaranis indicam que a necessidade social da escrita atingiu uma dimensão pronunciada no cotidiano das reduções, determinando que a capacidade alfabética desfrutasse de prestígio e conferisse distinção aos índios letrados. Motivo pelo qual a competência gráfica foi mais pronunciada entre os ocupantes de cargos junto aos cabildos missioneiros, modalidade de “conselho municipal” adotado na administração das reduções a partir da aplicação da legislação hispânica. Entre os integrantes dos cabildos, todos conhecidos como *cabildoiguara* (cabildantes), há inúmeras manifestações de familiaridade no manejo da pluma. A escrita foi utilizada por corregedores, capitães e alcaides. Contudo, a documentação consultada indica que ela foi mais pronunciada entre os *mayordomos* (administradores) e *quatiapoboras* (secretários).

Nas reduções, a habilidade manifesta por alguns guaranis no manuseio das letras credenciou-os a exercerem o ofício de professores. A instrução alfabética também competia aos *maestros de capilla*, sujeitos encarregados da orientação musical e com tarefas vinculadas à igreja. As atividades de escrita costumavam estar conjugadas com o ensino musical, integrando as *artes y oficios* ministradas nas reduções.

Portanto, mesmo de forma seletiva, foram facultadas aos indígenas vias de acesso à instrução alfabética. Inicialmente como copistas e, posteriormente, como “autores”, eles manifestaram um domínio pronunciado da *ars scribendi*, que estava muito além do simples domínio do abecedário. Diante do convívio com diferentes níveis das práticas de escrita, os guaranis letrados, em determinadas ocasiões, serviram-se de sua capacidade gráfica de maneiras, muitas vezes, inesperadas.

A escrita dos guaranis em tempo de conflito

Em 1750, os monarcas ibéricos assinaram um tratado de limites envolvendo as suas possessões coloniais na América. Esta negociação é conhecida como Tratado de Madri. Através de uma série de artigos foi definida a permuta de sete reduções localizadas na banda oriental do rio Uruguai – de um total de 30 –, pertencentes à Espanha, a serem entregues a Portugal, em troca da Colônia do Sacramento (Cortêsão,

2001). A decisão repercutiu de forma acentuada na América meridional, estimulando a comunicação epistolar. O intenso uso da escrita por parte dos indígenas foi verificado a partir da divulgação a eles dos termos presentes ao acordo ajustado entre as monarquias ibéricas.

Os trabalhos de demarcação de limites que a execução do referido Tratado requeria gerou uma constante correspondência entre os comissários peninsulares, Gomes Freire, por parte de Portugal, e o Marquês de Valdelírios, a serviço de Espanha. Entretanto, a prática da escrita como instrumento de comunicação e negociação política não esteve restrita unicamente aos plenipotenciários ibéricos, sendo igualmente um expediente muito valorizado pelos índios.

A relação que os guaranis estabeleceram com a escrita, durante o período de conflito, permite repensar os vínculos estabelecidos por eles com o território oriental e o passado missioneiro. A consulta à documentação igualmente sinaliza uma discussão pouco referida pela historiografia dedicada ao tema, ou seja, a existência da defesa por escrito daquele que seria o ponto de vista dos indígenas. Foi, justamente, a possibilidades de localizar e reunir uma fração dos textos escritos pelos índios missioneiros, e mesmo suas traduções, que despertaram o meu interesse em estudá-los a partir das reflexões propostas pela história social da cultura escrita.

Nos últimos anos, as pesquisas históricas orientadas por esta perspectiva teórico-metodológica⁶, com eminente vocação interdisciplinar, têm privilegiado a análise das funções, usos e práticas relacionadas com os materiais escritos. Análise cuja prioridade é a de conhecer as distintas intenções que nortearam o ato de escrever e as suas relações com o poder. Assim, a escrita é concebida como um conjunto de práticas que podem contribuir para a melhor compreensão das mudanças e transformações socioculturais em um determinado momento.

Nesse aspecto, a prática da escrita nas reduções introduzira uma mediação singular entre os distintos protagonistas, e, em determinadas ocasiões, os guaranis alfabetizados manejaram com desenvoltura tal tecnologia. A inserção da elite missioneira em algumas rotinas administrativas do mundo colonial ampliava as suas possibilidades de contato e interação com a sociedade *rio-platense*. O conjunto de habilidades requeridas no provimento dos cabildos facultava a uma fração da população missioneira, letrada ou não, contato com as práticas burocráticas da monarquia espanhola⁷.

Pode-se afirmar que as mudanças verificadas nas maneiras de conduzir as negociações foram o resultado do

⁶ Para uma aproximação a respeito da questão da escrita e sociedade ver Bouza Álvarez (1992), Castillo e Saez (1994), Viñao Frago (1996), Petrucci (1999; 2002) e Castillo Gómez (1999; 2000).

⁷ A partir do reinado de Felipe II, o Império espanhol foi gerenciado através do mundo dos papéis. O uso da escrita “estaba produciendo una paulatina escriturización de la sociedad, en la que la escritura terminará por afectar de una forma u otra a capas cada vez más amplias de la población” (Bouza Álvarez, 1998, p. 40).

convívio prolongado dos guaranis missioneiros com as práticas letradas, sobretudo a partir do século XVIII. A familiaridade manifesta por alguns índios no manuseio de diferentes formas textuais foi um fator que estimulou novos usos para a competência gráfica, ampliando as possibilidades de uma relação pessoal e mais direta com o mundo dos textos, permitindo eliminar a atuação dos intermediadores (Chartier, 1991, p. 119).

Enfim, os indígenas letrados escreveram diversos textos na forma de bilhetes, cartas e memoriais, além de narrativas pessoais. Os documentos redigidos em guarani e, posteriormente, em espanhol, localizados em diferentes arquivos, bibliotecas e coleções, indicam a necessidade de revisar os diagnósticos existentes quanto à difusão da escrita indígena nas reduções guaranis (Neumann, 2005).

Entre os bilhetes e as cartas

Em meados do século XVIII, a comunicação escrita indígena foi operada a partir de duas modalidades epistolares: os bilhetes e as cartas. E, segundo os cronistas, “voavam bilhetes” entre as reduções rebeladas. Papéis que circulavam de dia e de noite.

Os bilhetes, por sua escrita urgente e rápida, por serem fáceis de portar e mesmo ocultar, foram preferidos pelos guaranis no momento de comunicar-se com seus companheiros. Esse tipo de escrito costuma envolver pessoas próximas, entre as quais não há muitas formalidades. Também pouco segue normas epistolares estreitas, sendo escrito em qualquer tipo de papel. A escrita, ao instaurar uma outra dinâmica nas relações, facilita o estabelecimento de alianças. É um instrumento ligado ao poder, que possibilita normalizar e produzir idéias. Igualmente permite anular a distância e estabelecer uma comunicação em segredo. Lamentavelmente, os bilhetes quase na sua totalidade foram destruídos, pois, ao chegar ao seu destinatário, tais pedaços de papel perdiam seu valor, sendo descartados após a leitura. Raros são os exemplares que remanesceram⁸.

A carta, ao contrário dos bilhetes, por apresentar implicações “diplomáticas” de um relacionamento a distância, apresentava maiores condições de conservação. Nas reduções as cartas atingiram níveis elevados de expressão gráfica e serviram a diferentes finalidades. Entre os guaranis, elas desempenharam a função de contatar a administração colonial, sendo um instrumento importante de reivindicação e protesto.

Nos cabildos missioneiros, foram elaboradas cartas que refletem o potencial persuasivo do escrito e demonstram o domínio indígena das regras de uma escrita culta, respeitando as disposições presentes nos manuais de civilidade do Antigo Regime. Em geral, estes textos estavam dirigidos para a comunicação com o mundo exterior, no caso aos representantes da administração régia na América hispânica.

Assim, quando o governador de Buenos Aires, José de Andonaegui, em maio de 1753, enviou uma correspondência conjunta aos índios rebelados de sete reduções, intimando-os a deixarem suas terras e edificações, eles informaram por escrito sua negativa à ordem recebida. Dois meses depois, em julho, os cabildantes e caciques responderam, em datas muito próximas, ao ultimato do governador⁹. Tais cartas são consideradas como um dos melhores exemplos da articulação política dos índios (Melià, 1970, p. 150). De fato, a cultura escrita é reveladora dos valores e condutas de uma determinada época. E, ao adotarem esta atitude, eles demonstravam conhecer os meandros entre escrita e poder.

Entre as sete cartas enviadas ao governador, destacaram-se duas. Ambas por conta do teor incisivo das mensagens, resultado imediato do maior envolvimento da população dessas reduções na oposição à demarcação, a saber: a de São Miguel e São Nicolau. Nessas cartas, a elite indígena, questionava os motivos que levaram o “santo rey” a decidir-se em favor dos portugueses: “tenemos por muy cierto es que nuestros antiguos e implacables enemigos han engañado a nuestro Santo Rey”. Os guaranis demonstravam conhecimento da realidade colonial, recordando nos seus textos como estas reduções estiveram sujeitas ao processo de territorialização, ou seja, o fato de terem sido reinstaladas na margem oriental do rio Uruguai, nas últimas décadas do século XVII. Utilizavam argumentos históricos, expressando domínio dos fatos do passado, valorizando sua condição de vassalos do rei de Espanha. Nessas ocasiões, expressavam uma noção precisa dos acontecimentos pretéritos e utilizavam estas informações para justificar suas reivindicações e, especialmente, para defender suas terras¹⁰.

Após décadas manuseando textos, a elite missioneira demonstrava grande familiaridade com os diferentes níveis das práticas letradas. Primeiro foram os bilhetes e as cartas, posteriormente os textos mais longos na forma de relatos, alguns próximos a de uma crônica pessoal. Eram esses índios que apresentavam as melhores condições de estabelecer

⁸ Embora saibamos da existência de tais mensagens, uma análise minuciosa dos seus conteúdos encontra sérias limitações. A principal via de acesso a estas mensagens é através das crônicas dos jesuítas. Em consulta ao Archivo General de la Nación/Buenos Aires, localizei apenas dois bilhetes originais. Ambos datados de 1757.

⁹ As respostas enviadas pelos cabildos estão depositadas no Archivo Histórico Nacional (A.H.N.), de Madrid, tanto os originais como as traduções ao espanhol realizadas à época. AHN, Legajo 120j. Em 1949, estes documentos foram publicados em espanhol – o que facilitava a consulta – com o título de Cartas de índios cristianos del Paraguay por Francisco Mateos. Ver Mateos (1949, p. 547-583).

¹⁰ Almeida, ao analisar a experiência dos índios no aldeamento de São Lourenço (Rio de Janeiro), também demonstra como esses grupos “lançaram sempre mão deste conhecimento histórico em suas reivindicações, sobretudo quanto à terra. Seus direitos remontavam às origens da aldeia e à doação de terras” (2003, p.275).

uma narrativa, atribuindo um sentido aos acontecimentos. Por sua familiaridade no manuseio de papéis e documentos, eles formulavam uma idéia mais clara do passado, orientado a partir de uma distância histórica, elaborando relações entre os diferentes fatos.

A capacidade gráfica dos *mayordomos*

Sem dúvida, a mudança mais significativa verificada no período de conflito nas reduções foi que a escrita deixou de ser uma prerrogativa exclusiva, ou restrita aos trabalhos dos secretários. Diversos guaranis letrados manifestaram qualidades semelhantes à dos escrivões, principalmente aqueles indígenas com passagem ou cargo nos cabildos missioneiros, ou seja, os indivíduos que foram preparados para exercer tais tarefas.

Como resultado dessa especialização, a competência alfabética também foi manifesta, com certa frequência, por parte dos *mayordomos* (administradores). Através de uma diversificação das formas textuais conhecidas, eles manifestaram suas inquietações. A incidência da escrita entre os administradores indígenas – sujeitos que exerciam uma função vinculada ao cabildo, mas provavelmente sem participar das decisões – sugere vínculos entre alfabetização e o desempenho de um determinado cargo.

As atividades desempenhadas por estes índios, como fiscais de armazéns e atuando no controle de recursos humanos, permitem formular um questionamento quanto às conexões existentes entre os sujeitos que fizeram uso assíduo de suas capacidades letradas e os ofícios exercidos nas reduções. Aos *mayordomos* competia o cuidado dos bens da comunidade, e para tanto, “como auxiliares suyos había indios contadores, fiscales, y almaceneros”, como foi registrado na Real Cédula de 1743. Em outras palavras, a prática da escrita estava vinculada ao exercício de uma função ou cargo na administração missioneira, caso dos indígenas que controlavam os depósitos e armazéns de mercadorias nas reduções.

Por certo, devido às suas atribuições junto aos cabildos, eles recorreram com frequência à sua capacidade gráfica, principalmente nos momentos de contabilidade. Conforme a avaliação de Rafael de Masy, o nível de profissionalismo que demandavam as funções de *mayordomo* implicava que o “novo electo contaría con el asesoramiento del mayordomo saliente para llevar bien el control de productos y mercaderías” (Masy, 1992, p. 224). Assim, a partir de 1732, a permanência nesse

cargo não poderia reincidir nas mesmas pessoas por um período superior a quatro anos. A medida visava evitar uma permanência prolongada no exercício dessas funções, fato que poderia resultar em vantagens pessoais, benefícios facilitados por um “enraizamento” em certos cargos (Furlong, 1962, p. 371)¹¹.

Os *mayordomos*, diante da necessidade de acompanhar e controlar a produção, desempenhavam a função de administradores e, ao que tudo indica, mantinham contato escrito com seus subordinados e posteriormente informavam os respectivos cabildos das condições e bens da coletividade. Com certeza anotavam em cadernos os produtos extraídos das chácaras e estâncias, controlando o que seria estocado nos armazéns missioneiros. Por meio do estudo de Teresa Blumers, dedicado ao sistema de registros contábeis nas reduções, somos informados de que entre os diversos livros utilizados em cada redução figurava um *Libro de procuradores y estancias* (Blumers, 1992).

O exercício de anotar a produção agrária e pecuária, bem como controlar os indígenas recrutados para tarefas diversas, habilitou os *mayordomos* no ordenamento por escrito de fatos, dados e nomes. Tal conhecimento lhes facilitou o gerenciamento dos recursos humanos no momento de maior proximidade com os exércitos ibéricos. Para outros foi a possibilidade de registrarem suas preocupações com o que estava sendo informado e negociado por escrito.

Portanto, o exercício da contabilidade requerida no desempenho das atividades como procuradores de cada redução lhes permitiu um contato frequente com o “mundo sobre papel”. Entre os indígenas recrutados por talento nas reduções, estes foram assíduos escreventes à época do conflito. São os papéis escritos por esse segmento letrado que apresentam temas, e inclusive abordagens novas da realidade missioneira.

As correspondências entre os guaranis

Um conjunto de documentos singulares apreendidos em outubro de 1754, logo após a Batalha do Daymal – confronto travado entre a milícia indígena e o exército a serviço de Espanha –, permite comprovar a capacidade gráfica de um segmento da elite letrada missioneira. Os papéis apreendidos com Rafael Paracatu, cacique na redução de Yapeyu, são na sua maioria respostas enviadas pelos *mayordomos* das estâncias (A.G.S., p.145-146)¹². A competência alfabética dos administradores indígenas permitiu ao cacique Paracatu manter

¹¹ Sobre este tema, Furlong registrou “[...] que por los graves inconvenientes que se havian experimentado, no se perpetuasen unos mismos Indios en los Cabildos, y oficios de Mayordomos, y que, para este año próximo venidero, se mudasen todos los dichos oficios [...]” (1962, p. 371).

¹² Refiro-me às cartas apreendidas com o cacique da redução de Yapeyu, Rafael Paracatu logo após os incidentes no arroio do Daymal em 8 de outubro de 1754; histórico nacional (A. H. N., Legajo 120, documento 54). “Cogieronse le al Cacique Paracatu varios papeles y cartas escritas en su propia lengua. Y ante todas cosas mucha prudencia rubrico de propia mano el gobernador y luego las mandó traducir para saber lo que contenían” (p. 114).

contato assíduo com eles e, assim, coordenar temporariamente a resistência missioneira em Yapeyu. Através dessa troca de correspondência, tomamos conhecimento do conteúdo de documentos singulares a respeito dos usos internos reservados à escrita pelos guaranis.

A redução de Yapeyu foi uma das mais convulsionalizadas, principalmente diante da presença do exército espanhol em suas terras. Procurando obstruir a marcha das tropas hispânicas por suas estâncias, o cacique Paracatu e os integrantes do cabildo recorreram à correspondência escrita para agilizar a comunicação e gerir ações conjuntas. Os papéis apreendidos com Paracatu sinalizam, primeiro, a preocupação das lideranças em responder aos pleitos formulados por seus companheiros. E, em segundo, revela a rapidez em atender, no mesmo dia, aos pedidos e consultas realizadas. Tais cuidados visavam manter os indígenas informados a respeito da movimentação dos exércitos ibéricos, notícias que bem administradas poderiam ampliar as possibilidades de êxito da oposição missioneira.

Nos períodos de agitação, os indígenas mantiveram-se informados através de mensagens escritas, comunicando a seus companheiros a movimentação dos espanhóis na região. Como a estância de Yapeyu era muito extensa, os *mayordomos* foram constantemente contatados e instruídos, bem como forneciam informes frequentes a Paracatu. Algumas dessas correspondências eram coletivas, e ao final constava a expressão “*todos los mayordomos te escribimos*”. Como a de agosto de 1754, reproduzida abaixo:

Dn Raphael Paracatu. Dios te guarde te decimos, nosotros los Mayordomos. Ha llegado a nosotros el papel, tenemos confianza en Dios como tu, y te quedamos agradecidos. Dios nos preserbe de todo mal, y quiera que vivamos en el camino de los Santos Sacramentos, y que andéis solo en el amor de Dios. Jesus Christo nos manda por su amor, y nosotros por el nuestro, y esto has de tener siempre ante los otros, y has de pedir a la Virgen Santísima nos de toda felicidad y pidamos también a las Santas Almas que están delante de Dios, que pidan para nosotros fortaleza y que nos ayude. Esto te escribimos para que en nombre de Dios lo leas. Joseph Aviare te llevo dos aspas de Polbora, y 44: balas, 7: pliegos de papel blanco, en un canuto de taquara, cinco tercios, y una volsa de tavaco, y como no savemos en que paro esto, no te escribimos mas que por que lo sepas, y quien fue el portador te avisamos. Dios te guarde te decimos. 6 de Agosto de 54: anos, unos pobres como tu, que te aman: todos los Mayordomos te escribimos (A. G. S., arq. 7425).

Como se pode verificar, a escrita atuou como canal de comunicação entre aqueles Guaranis empenhados na

oposição à presença hispânica, atualizando as principais lideranças, e comunicando a determinação dos administradores em seguir resistindo. Através da relação dos mantimentos enviados pelos *mayordomos*, é possível inferir a importância que o contato *in scriptis* desempenhou nessa ocasião, pois na resposta enviada a Paracatu foi mencionado o envio de “*pliegos de papel blanco*”, matéria-prima destinada a dar continuidade à troca de informações por escrito.

Por meio dessas mensagens somos informados da imediata resposta à consulta, provavelmente pelo caráter diligente que os guaranis sublevados atribuíam ao informe escrito. Algumas cartas, por exemplo, foram respondidas no mesmo dia em que chegavam aos destinatários. Através desse conjunto de correspondências indígenas foi possível constatar a urgência da escrita no período de conflito. Em determinados contatos os Guaranis agregavam às suas missivas expressões como “*inveís la respuesta a esta carta*”, que são indícios da importância atribuída à escrita nas negociações políticas dos índios letrados com os seus interlocutores, fossem eles companheiros de redução, demarcadores ou qualquer outra autoridade. Enfim, uma preocupação presente às estratégias de guerra.

As correspondências dos *mayordomos* têm permitido resgatá-los do anonimato, exatamente pelo fato de eles terem deixado testemunhos escritos de suas opiniões, quando participaram ativamente nos bastidores do conflito, promovendo usos inesperados às suas competências gráficas. Outros exemplos da escritofilia guarani – o apego à escrita – são os textos dos secretários, corregedores e alcaides quando desempenhavam as funções de cabildantes em suas respectivas reduções. De fato, ao tomarem o texto epistolar como modelo, eles desenvolveram formas de expressão voltadas a registrar suas opiniões ou intervir no rumo dos acontecimentos.

As cartas, cujas mensagens estavam centradas principalmente na comunicação oficial, foram o ponto de partida para outras modalidades de textos voltados a registrar experiências de caráter pessoal ou coletivo. Há inúmeras provas do quanto os índios sentiram-se atraídos pela idéia de produzir relatos ou deixar mensagens. Em determinadas oportunidades, alguns guaranis letrados manifestaram uma relação mais privada com a escrita elaborando um testemunho, uma “memória indígena”, dos momentos atípicos verificados durante os trabalhos de demarcação.

Os usos e as funções da escrita indígena

Nas reduções guaranis, a progressiva ampliação do número de sujeitos capazes de registrarem por escrito suas opiniões também era o resultado da sobreposição de gerações de guaranis alfabetizados. Tal fato favorecia uma

modificação nas relações entre os indivíduos e o mundo letrado, cujos reflexos foram visíveis nas rotinas missionárias. Se, por um lado, agora as lideranças guaranis atribuíram um valor político à escrita, como expressão do autogoverno (Neumann, 2004, p. 67-92), por outro, a crise deflagrada permitiu registrar a diversificação da produção textual indígena nas reduções.

A prática da escrita, em um momento especialmente dramático, como foi a primeira campanha dos exércitos ibéricos em direção ao território missioneiro, em 1754, atingiu níveis elevados. Como as tentativas de negociação por parte dos guaranis, visando anular ou impedir a execução dos trabalhos de demarcação, não foram atendidas – mas acrescidas de ameaças de guerra por parte do governador de Buenos Aires –, eclodiu uma rebelião colonial conhecida na historiografia como “Guerra Guaranítica” (1754-1756)¹³. Entretanto, apesar do receio das autoridades coloniais de que as 30 reduções localizadas entre os rios Uruguai e Paraná viessem a formar “causa comum y nacional”, o conflito não foi generalizado¹⁴. A rebelião ficou restrita às reduções orientais, próximas ao rio Uruguai.

Através dos distintos documentos produzidos pelos guaranis envolvidos no conflito, ainda hoje podemos identificar as características que a escrita adotou nas reduções, visto que eles inventavam novas funções para os modelos culturais compartilhados. Portanto, através das evidências da escrita como os diários, atas de cabildo e memoriais, é possível dimensionar as finalidades que os indígenas reservaram à sua capacidade alfabética e a quais demandas respondia.

As experiências de contato intercultural, vividas principalmente durante o conturbado ano de 1754, intensificaram por parte de alguns representantes da elite missioneira o interesse em registrar os acontecimentos protagonizados ou vivenciados como testemunhas. A disposição em escrever foi surpreendente, tanto pelo aspecto quantitativo como pelo qualitativo desses textos. A multiplicação dos escritos, à época, permite explorar as modalidades que a produção textual indígena atingiu nas reduções. A intensificação das negociações conferia a cada encontro novas expectativas. Assim, os momentos excepcionais foram avaliados como dignos de audiências mais amplas e, principalmente, distantes. Tal percepção levou

alguns índios a registrarem por escrito aqueles acontecimentos avaliados como de maior relevância no destino das reduções.

Em geral, os textos produzidos pelos guaranis foram associados ao trabalho executado pelos secretários ou de algum indígena letrado vinculado às atividades do cabildo. Por certo, entre os guaranis letrados de uma redução, os secretários, em decorrência do seu ofício, estavam sujeitos a um convívio mais próximo com os instrumentos de escrita. Em algumas oportunidades – estimulados por novos acontecimentos – eles aproveitavam a quebra de protocolos, como foram as viagens acompanhando a milícia missioneira, para redigir diários com suas impressões a respeito do que estavam presenciando. Nas ocasiões de mobilização bélica, foi possível aos *quatiapohara* dar vazão aos ímpetos letrados. A competência gráfica dos secretários, por exemplo, se fez patente nos momentos de estranhamento com os lusitanos. A percepção aguçada do contexto no qual estava inserido, aliada a longa expectativa, provavelmente estimulou o registro diário da longa jornada rumo a uma das margens do rio da Prata, para atacar a Colônia do Sacramento, no início do século XVIII¹⁵.

Sem dúvida que a redação de um diário é uma evidência da preocupação dos guaranis em forjar um registro dos dias agitados, conturbados. Por sua vez, a disposição material, na forma de um livro, sinaliza uma intencionalidade claramente vinculada à preservação do texto. Em certo sentido, os episódios narrados foram valorados como dignos de memória. A função social da escrita, em ocasiões de contato com o “inimigo histórico”, como foram os portugueses, ao que parece era a de operar como instrumento de conservação de experiências passadas consideradas decisivas para a coletividade.

Contudo, foi em 1754 que a escrita indígena atingiu patamares elevados. Momento no qual se verifica uma diversificação das formas textuais, diversificação relacionada às situações excepcionais ou inusitadas pelas quais os guaranis passaram, sentindo a necessidade de recorrer ao papel e à tinta. Este parece ser o caso do texto elaborado por Francisco Arazaye, provável secretário da redução de São Luis. Ele redigiu um informe a respeito das negociações entre o general português, Gomes Freire, e algumas lideranças guaranis¹⁶. Tais encontros resultaram, dias depois, em um ajuste de paz.

¹³ Para uma aproximação a este tema, ver Golim (1998), Santos (2000), Ganson (2003) e Quarleri (2005).

¹⁴ Os oficiais espanhóis e lusitanos manifestavam com frequência o temor de uma insubordinação geral de todas as reduções guaranis; um levante dessas proporções ocasionaria um conflito sem precedentes na região. Circulavam vozes que sinalizavam a disposição indígena para a guerra. O receio dizia respeito à capacidade bélica dos índios missioneiros quando atuaram inúmeras vezes em facções de guerra a pedido dos governadores. Segundo Gomes Freire, descontento seu antijesuitismo: “As vozes de que todas as Missoens se levantão poderão ter fundamento para se acreditarem porque bem reconhecer a cega paixão, com que os Padres pretendem não soltar os Povos, que na última necessidade; assim nem desprezo esta noticia; nem acredito [...]” (A. H. U., Brasil/Limites, documento 36). O militar espanhol Francisco Bruno de Zabala, em Conselho de Guerra realizado no dia 16 de janeiro de 1755, manifestou sua opinião favorável a ocupar as missões orientais, pois temia que as reduções do rio Uruguai e Paraná viessem a formar “causa comum y nacional” (A. G. S., arq. 7380).

¹⁵ Refiro-me a um documento inédito, escrito em língua guarani, de inestimável valor histórico, que estive muito tempo em um arquivo particular. Uma cópia desse texto foi entregue a Bartomeu Meliá para que ele o traduzisse. Trata-se de um manuscrito de 52 páginas cujo título é: *Diario hecho por un indio de lo que sucedió en el segundo desalojamiento de los portugueses el 10 de setiembre de 1704*. Lamentavelmente, até o momento somente foram traduzidos e divulgados alguns fragmentos desse extraordinário documento. Ver Meliá (2000, p. 20-23).

¹⁶ Apenas é conhecido um fragmento do texto de Francisco Arazaye, e assim mesmo de modo indireto, através da citação de terceiros (A. H. N., arq. 120, cx. 2, doc. 54, f. 129. Célebre audiência que dio el general Freyre a los principales de los indios).

O convênio de paz foi um expediente proposto por Freire, em novembro de 1754, para a suspensão das armas diante da situação adversa pela qual as tropas portuguesas estavam passando diante de uma cheia do rio Jacuí (Golim, 1998, p. 329-356). Os termos do armistício foram redigidos em “língua castellana e tape”, e cinco caciques guaranis e os demais oficiais ibéricos subscreveram o documento¹⁷. Entre os indígenas que assinaram o ajuste estavam o cacique Cristóbal Acatu e Francisco Guacú, corregedor de São Luis.

O principal interesse de Freire em estabelecer o acordo era o de garantir que não seria atacado durante a retirada. Provavelmente, por essa razão, apenas negociou com os caciques de São Luis, Santo Ângelo e São Lourenço, no caso, lideranças cujas reduções pertenciam às terras que os portugueses ocupavam ou que cruzariam em sua marcha de retorno à vila de Rio Grande. Por meio de tal acordo, alguns guaranis estabeleceram uma linha de fronteira, redefinindo aliados e rivais, procurando salvaguardar seus territórios, mesmo que para isso fosse necessário reconhecer a presença portuguesa.

Os relatos indicam que a celebração da convenção de paz foi de um espetáculo suntuoso, com muitos requintes, fato que deve ter despertado o interesse de outros indígenas. No ritual de assinatura do ajuste estavam presentes elementos orais e visuais da “cultura do barroco” (Maravall, 1980) e sua rica versatilidade amparada na oratória sagrada. Conforme a ata lavrada por Manuel da Silva Neves, secretário a serviço de Gomes Freire, os caciques assinaram e “juraron a los Santos Evangelios, en un Libro delllos, en que pusieron sus manos derechas en mano del Rvdo P.e Tomas Clarque” (A. G. S., arq. 7428, doc. 152).

Nesse mesmo dia, logo após a assinatura da “Convenção de Paz”, três caciques de São Lourenço vieram ao encontro de Gomes Freire solicitando que lhes fosse lida uma cópia do acordo estabelecido com os índios de São Luis e Santo Ângelo. A presença da escrita atuou como elemento de credibilidade, conferindo legitimidade às negociações quando os indígenas acreditaram que as decisões tomadas seriam respeitadas.

Os integrantes da elite missioneira estavam cientes do quanto a escrita amplia o poder e permite sua difusão, e que o aumento da complexidade organizativa está relacionado à necessidade de informação e de controle. O acordo estabelecido pelos guaranis com os portugueses, seus inimigos históricos, demonstra como a escrita funcionava como instrumento comprobatório. Por isso, os índios respeitaram o ajuste de paz estabelecido com os lusitanos e

não atacaram o exército de Freire no momento de sua retirada para a vila de Rio Grande.

A adoção do procedimento escrito também permite vislumbrar que foi conferida à negociação uma importância equivalente a de um acordo entre dois poderes centralizados, o que implicava a necessidade de ampliar a informação a novos âmbitos. O acordo foi estabelecido, inclusive na língua das duas partes envolvidas, sendo conservado como documento oficial e destinado a um arquivo monárquico¹⁸.

No contexto de disputas territoriais e epistolares, um documento *sui generis* foi a relação elaborada em São Miguel, em 16 de junho de 1755, com o título *Argumentos que los indios deven presentar a los españoles*. O conteúdo estava dirigido à população em geral, incluídos caciques e índios com cargos nos cabildos. Como indica o parágrafo de abertura, a mensagem foi pensada “para los indios que han de avistarse con los españoles, les ponga a la vista que han de decir los indios, para que lo oigan todos los caciques y cavildo” (A. G. S., arq. 7410, f. 8). Este texto, por suas marcações à margem, foi redigido para ser lido em voz alta e estava assinado por Pasqual Yaguapo, índio miguelista de destacada atuação na oposição guarani. Yaguapo, através desse documento, procurou estabelecer um procedimento padrão a ser seguido pelos demais índios, caso eles se deparassem com os demarcadores. Esta estratégia visava garantir uma difusão a todos os indígenas dos argumentos a serem expostos. Por sua redação, o texto é a transcrição de um discurso oral, voltado a expor, de maneira dialogada, um argumento padrão de oposição indígena à presença dos funcionários reais em território missioneiro.

Como resultado dos novos usos e funções, a escrita indígena nas reduções, externava sinais de um distanciamento do cânone religioso, momento em que diferentes gêneros textuais foram elaborados pelos guaranis. A análise conjunta do *corpus* documental sinaliza que houve diferentes formas de apropriações da escrita nas reduções. Nesse sentido, por vezes, os guaranis, ao julgarem um determinado momento como digno de registro, recorreram às suas competências alfabéticas para produzir um relato. São documentos que atualmente permitem reconhecer o protagonismo indígena nas reduções e, principalmente, nos conflitos demarcatórios.

A “função militar” em Caiboate

Em dezembro de 1755, com o início da movimentação dos exércitos ibéricos em direção às reduções

¹⁷ “Copia da Convenção celebrada entre Gomes Freire de Andrade e os caciques para a suspensão das armas” em 14 de novembro de 1754. Campo del Rio Jacui, in Relação Abreviada da Republica que os religiosos das Províncias de Portugal e Hespanha estabelecerão. Lisboa, 1757, p. 80 (A. G. S., arq. 7428, doc. 152).

¹⁸ Refiro-me ao Arquivo Geral de Simancas, criado no século XVI para guardar os documentos produzidos pelos órgãos centrais da monarquia hispânica. Se Carlos V foi o criador do Archivo de Simancas, Felipe II, seu verdadeiro executor. O Rei Prudente, como era conhecido Felipe II, percebeu claramente que a administração da extensa monarquia hispânica deveria repousar no controle da escrita, única forma de receber informação e emitir ordens.

orientais, uma parcela da população missioneira optou pela defesa de suas terras. Após algumas assembléias, os guaranis sublevados tomaram uma decisão conjunta. Através do relato de Bernardo Nudorffer, superior das reduções à época, tomamos conhecimento de que eles decidiram que, caso os exércitos ibéricos entrassem novamente no território missioneiro, se faria o seguinte: “1) que no se havian de entregar sino resistir, aunque fuera menester morirse todos en la demanda, y no mudarse tanpoco, como se les pedia; 2) que se juntarian con los Ynfieles como se lo havian prometido; 3) que fuese cavo de todos el Corregidor de San Miguel [...]” (R.A.H., p. 378, doc. 1976).

Nessa época, José Ventura Tiarayu, de alcunha Sepé – cujo destaque fora se consolidando no transcurso das negociações com os oficiais demarcadores –, passou a ocupar as funções de corregedor na redução de São Miguel. O comando do “exército guarani”, dos soldados missioneiros reunidos para defender as reduções, ficou a cargo de Sepé. No verão de 1756, uma milícia do exército espanhol que patrulhava os campos missioneiros entrou em choque com uma tropa de soldados guaranis. E, ao final do embate, no dia 7 de fevereiro, o líder Sepé estava morto. A identificação de seu nome somente foi possível através dos papéis que levava na algibeira. Entre eles havia um texto escrito por Valentin Ybarigua, dois dias antes. Era uma carta na qual ele pedia a Sepé informações atualizadas. E, no final, solicita: “escriban inmediatamente, y que todos los días escriban lo que hubiere de nuevo sin falta” (A. G. I., arq. 42).

Com a morte de Sepé a tensão aumentou. Às pressas foi indicado Nicolas Ñeenguiru, corregedor da redução de Conceição, para substituí-lo no comando da milícia guarani. Três dias depois houve um novo enfrentamento. Entre os oficiais guaranis da redução de São Miguel, um dos alferes era partidário da proposta da retirada ao Monte Grande (Caiboaté), aguardando a chegada de mais gente. Entretanto, um corregedor dessa “banda del Uruguay”, que estava com suas tropas,

[...] porfiava y decia, si ahora no peleamos quando habremos de pelear, otros le ayudavan diciendo a que hemos venido sino a vencer o murir aunque el numero de los contrarios es mayor no es ahora tal que si nos animamos no podamos salir con la Victoria que eso la pelea (R. A. H., p. 378, doc. 1976).

Pelo exposto, fica claro que uma parcela da população rebelada estava decidida ao confronto. Em caso contrário, de recuo, segundo a crônica de Nudorffer, alguns

manifestavam que “otra vez más se reducirán a palabras, que no a obras, como fue la que experimentamos con los portugueses el año pasado en el Rio Jacui” (R. A. H., p. 378). Provavelmente, muitos estavam dispostos a reparar a expectativa frustrada, posto que certos indígenas mostravam-se indignados com o fato de não terem enfrentado os portugueses, em rio Pardo, quando algumas lideranças aceitaram o armistício proposto por Gomes Freire.

Portanto, a disposição dos guaranis em enfrentar os lusitanos decorria do fato de que o acordo firmado em novembro de 1754 não foi respeitado. Essa realidade irritante justificava para muitos o desejo de lutar e ajustar contas. O impasse pode ter sido decorrência da tensão gerada entre o que fora acordado por parte das lideranças guaranis, afeitas às decisões escritas, e a expectativa dos soldados missioneiros dispostos a lutar, conforme o veredicto das assembléias. Após uma breve entrevista com os comandantes ibéricos, os índios decidiram medir forças com os exércitos coligados.

Assim, no dia 10 de fevereiro, foi travada uma grande batalha nas imediações do cerro de Caiboaté. A “função militar”, envolvendo uma milícia indígena e os exércitos ibéricos, ficou conhecida na historiografia como batalha de Caiboaté. E, segundo o diário de Francisco Graell, oficial espanhol, o embate durou “uma hora e um quarto”.¹⁹ Nessa “função” participaram índios egressos de nove reduções. Ao final da luta aproximadamente 1.500 guaranis estavam mortos e 154 foram feitos prisioneiros.

Os avisos e as mensagens depois de Caiboaté

Todavia, mesmo diante da derrota no dia 10 de fevereiro, a comunicação escrita manteve-se operante e muito ativa no cotidiano dos guaranis, como indicam os papéis apreendidos pelos oficiais demarcadores. Ao contrário do que se pensa, os meses compreendidos entre março e maio de 1756 não foram de desânimo para os guaranis, mas sim, marcados pela tentativa indígena de impedir a ocupação das reduções orientais.

Nessa época, aproveitaram para disseminar avisos pelo caminho a ser percorrido pelas tropas ibéricas. Em geral, comunicavam a determinação indígena em não ceder às ordens de mudança. As anotações contidas nos diários dos oficiais demarcadores, no caso Jacinto Rodrigues Cunha, (Cunha, 1853, p. 279) a serviço de Portugal, e Francisco Graell, atuando pela monarquia espanhola, acusam as práticas transgressoras da escrita indígena. As mensagens

¹⁹ Diario que el capitán de Dragones D. Francisco Graell ha seguido en la presente expedición de Misiones contra los siete pueblos inobedientes de la banda Oriental del río Uruguay, desde el cuartel de Asamblea, en Montevideo, día 5 de diciembre de 1755, hasta 21 de junio de 1756 (in: Colección de documentos inéditos para la historia de España, 1892, p. 464).

deixadas pelos guaranis foram avaliadas pelos escrivões ibéricas como de “conteúdo hostil e impolítico”. Enfim, um expediente muito acionado em momentos críticos, de tensão ou conflito.

Outra estratégia dos guaranis relacionada à escrita foi a tentativa – todavia sem êxito – de dividir ou debilitar a ação conjunta dos exércitos de Espanha e Portugal. Os documentos localizados ou apreendidos após o conflito em Caiboaté indicam que a interlocução indígena voltou-se, prioritariamente, ao governador de Buenos Aires, no caso uma autoridade hispano-americana. Em carta redigida na estância de São Lucas, no dia 13 de março de 1756, creditada aos caciques de cada redução, eles reiteravam o conteúdo de uma outra mensagem, enviada anteriormente ao governador, na qual esclareciam outra vez que, apesar da boa vontade do monarca de Espanha, vários:

[...] caciques ya se han muerto en esta tierra con sus soldados, pero no por eso se a de perder vuestras obras Señor pero con todo eso no nos espantamos de este vuestro obrar Señor, y por eso no nos hemos de salir de estas tierras por habernos las dado Dios, ni nuestros hijos se quitaran de ellas basta que los Caziques con sus soldados hayan perdido la vida derramando su sangre en amor de Dios (A. G. S., arq. 7410, doc. 5).

Nessa mensagem, além de lamentarem a morte de alguns índios principais, os caciques manifestavam confiança em arregimentar mais soldados para um novo confronto. Mesmo diante das perdas humanas em Caiboaté, alguns ainda acreditavam em uma rearticulação militar como indicam algumas das cartas enviadas aos seus companheiros. Assim, enquanto procuravam colocar em prática a reorganização de uma milícia missioneira, aproveitavam para disseminar avisos pelo território (A. G. S., arq. 7384, doc. 37)²⁰. Por meio desses papéis, buscavam estabelecer alguma forma de negociação, com o objetivo de barrar o avanço dos exércitos ibéricos em direção às reduções orientais. Em correspondência ao Marquês de Valdelirios, o governador de Buenos Aires informou que, no dia 20 de março, “[...] se dexaron ver algunos Yndios y pusieron en un Palo una carta en que me espresavan el numero de gente que tenian para resistirme” (A. G. S., arq. 7427, doc. 214).

Algum tempo depois, no mês de maio, nas proximidades da estância de São Francisco, os soldados e oficiais a serviço das monarquias ibéricas avistaram uma “grande multidão de Índios” que estavam divididos em alas, marchando a certa distância em sua direção. E, segundo as anotações de Jacinto Cunha, os guaranis “pareceram à vista como couza de 3000 índios”²¹. No dia 3 de maio, houve um novo enfrentamento, o “reencontro”²² entre os exércitos coligados e os guaranis rebeldes. Conforme as anotações dos escrivões, Francisco Graell e Jacinto Cunha, a ação indígena contou com um número expressivo de soldados, algo como 1.500 ou 2.000 guaranis aproximadamente²³. Após uma breve investida desordenada a milícia indígena logo se dispersou.

Quando as tropas ibéricas já estavam muito próximas às reduções orientais, os moradores de São Luis, Santo Ângelo, São Lourenço, São João e São Nicolau escreveram aos parentes que habitavam na outra margem do rio Uruguai, avisando da eminente invasão. Na mensagem, segundo o relato de Juan de Escandón, eles comunicavam aos seus parentes, em tom fatalista, estarem “resueltos a morir sí pero en sus pueblos y tierras”. O teor da carta era o seguinte:

Ah! Parientes nuestros todos los que soys Christianos. Bendito y albado sea el SS.mo Sacramento. E amados parientes nuestros, Dios nuestro señor y su Ssma Madre quede siempre con vosotros. Y para siempre as bendita la santa Ley (en que hemos vivido y) que Jesus hijo de la virgen nos trajo de el Cielo su patria. Esta os escribimos a Dios y aventura, y por la divina misericordia con toda resignación en las disposiciones de Dios, cual nuestro Señor Jesus Christo nos la enseño a tener, y teniendo también muy presentes à vosotros en nuestra memoria, aun cuando estamos en el ultimo extremo de nuestras aflicciones y desgracias, à que nos vemos ya reducidos en estos nuestros siete pueblos que Dios nos havia dado: Pues haveis de saber que ya los Españoles y los Portugueses con todo su exercito empiezan à apoderarse del pueblo de San Miguel que se acercaron desde el dia tres deste mes de Mayo [...] (A. H. N., arq. 120, doc.59).

²⁰ O comissário da Companhia de Jesus, Luis Lope Altamirano, ao informar Ricardo Wall do término da resistência e da guerra dos “índios rebeldes”, comentou: “[...] toda su resistencia (con que se ha desvanecido esta calumnia) se reduxo, Señor, a fixar dichos rebeldes en el tronco de un árbol una carta con muchas amenazas al Gobernador de esta Plaza, y con la solemne mentira (que se despreció) de que en el monte grande (donde no se vio después ni un solo Yndio) los esperaban armados ocho mil”. Buenos Aires, y agosto 29 de 1756. Luis Lope Altamirano.

²¹ Resumo do Diário que se fez na marcha do Exército de S. M. Fidelíssima, que sahiu do Rio Grande de S. Pedro a encontrar com o de S. M. Catholica, para hirem unidos a castigar os povos rebeldes das 7 Missões, que cede Hespanha e Portugal, sendo general do Exército Portuguez Gomes Freire de Andrada e do Hespanhol D. José Andonaegue. Povo de Santo Angelo, 22 de junho de 1756. In: Anais da Biblioteca Nacional, vol. 71, p. 130.

²² Funções, que en esta presente Real Expedizion a tenido con los indios desde que se dexaron beer, hasta la sorpresa del pueblo de San Lorenzo, el Coronel Don Joseph Joachin de Viana y son las siguientes. A definição desse confronto como “reencontro” é de José Joaquim Viana, governador de Montevideo ao prestar conta dos trabalhos executados nessa campanha. Salto Chico del rio Uruguay, y enero 22 de 1757 (A. G. S., arq. 7378, doc. 11).

²³ No diário de Francisco Graell ele menciona que “se presentaron como 1500 a 2000 indios, casi todos montados” (p. 475). Jacinto Cunha não chega a informar o número de índios que compareceram, apenas menciona “uma grande quantidade de índios todos a cavallo, fazendo-nos cerco pela vanguarda e lado dos nossos exércitos” (Cunha, 1853, p. 27).

Os argumentos cristãos justificavam o discurso apocalíptico, diante da constatação da impossibilidade dos guaranis deterem a chegada dos exércitos ibéricos. A eminência da chegada das tropas à redução de São Miguel deixava temerosos os indígenas mais envolvidos nas funções de oposição, receosos de uma destruição completa. Nesse momento, o recurso à escrita cumpre o papel de recompor a narrativa na forma de um texto, em tom de despedida aos parentes mais próximos.

Por suas potencialidades normativas, a escrita desempenhou um papel relevante para os índios, atuando como instrumento de informação e, principalmente, como garantia da mobilização entre os moradores de diferentes reduções. Vale recordar que estas últimas cartas foram escritas no calor da emoção, sendo tanto um testemunho da busca de um último contato com os parentes próximos, como um instrumento voltado a aplacar as distâncias e assim, quem sabe, obter algum auxílio.

Ainda nesse mês de maio, alguns dias antes da ocupação de São Miguel, o tenente Juakin Guaracuye, da redução de *La Cruz*, escreveu uma carta de caráter coletivo, creditada a “todos de los treinta pueblos”. O conteúdo da mensagem estava dirigido exclusivamente aos espanhóis e, em tom ameaçador, avisava-os para manterem-se afastados dos portugueses, esclarecendo:

Nosotros hemos venido los de Yapeyu, de la Cruz, S. Thome, los de San Borja, y todos los de los Pueblos, y también todos los del Paraná. Por eso, los españoles Castellanos, apartense de los Portugueses, cuando nosotros lleguemos; para esto os escribimos, sabremos lo que determinais, nosotros no os hemos hecho nada, no queremos matar a los castellanos, a los Portugueses si, queremos consumirlos: esto es lo que hemos de hacer, y hemos de andar por aquí aunque pasen muchos años. Por eso escribidnos, para que sepamos lo que determinais (A. G. S., arq. 7410, doc. 9).²⁴

O tenente cruzista aproveitou para enfatizar o ódio secular que nutria contra os lusitanos, diferenciando um exército do outro, canalizando toda a oposição guarani aos portugueses, inimigos do rei de Espanha e, portanto, invasores a serem combatidos. Cuidados dessa ordem indicam o interesse dos guaranis em preservar os vínculos com a monarquia católica, condição a que jamais abdicaram. Ao final da mensagem solicitam aos espanhóis uma resposta por escrito. A medida visava dar

continuidade a comunicação epistolar e, assim, manter aberto um canal de negociação.

Este procedimento era uma reedição de uma prática iniciada em fevereiro de 1753, durante o encontro com a primeira partida demarcadora. Na ocasião, os oficiais demarcadores solicitaram uma resposta escrita, explicando a negativa indígena à passagem dos comissários. Os guaranis, nessas ocasiões, agiam motivados por sinais diacríticos emitidos pela própria sociedade colonial. Entretanto, no momento em que os exércitos iniciaram a operação conjunta, ou seja, durante a segunda campanha em direção às reduções, as cartas e os avisos enviados pelos índios rebelados não foram respondidas. A tentativa de negociação, pela via epistolar, mostrava-se esgotada.

Os textos escritos pelos guaranis, durante os anos de conflito, demonstram uma aguda percepção dos vínculos entre escrita e poder. São documentos através dos quais eles procuram exercer o seu autogoverno. Foi o domínio do alfabeto que permitiu às lideranças indígenas angariar forças e definir aliados, revelando-se a partir dessas práticas como agente político na sociedade colonial. Reconhecer o valor histórico desses documentos implica romper com a visão tradicional e mesmo simplista com a qual operávamos a respeito do passado missioneiro.

Algumas considerações finais

Os diversos usos reservados à escrita pelos índios letrados durante a “Guerra Guaranítica” expressam um desejo de comunicação e também foram uma forma de participar aos demais companheiros suas experiências ou preservar as efemérides nas quais estiveram envolvidos. A elite missioneira utilizou a escrita para transmitir informações, estabelecer negociações e fazer de suas experiências um exemplo para os demais companheiros de redução.

Com efeito, se por um lado, a comunicação *in scriptis* mantinha as principais lideranças informadas a respeito dos acontecimentos recentes, por outro, cumpria a função de veicular uma versão indígena frente aos rumores que circulavam nas reduções implicadas na demarcação dos novos limites. Nesse contexto, os contatos epistolares foram muito valorizados pelos guaranis, revelando como a escrita tomou conta das relações estabelecidas pelos índios letrados e seus interlocutores, tanto com os companheiros de redução ou qualquer outra autoridade.

Ao transgredirem as convenções epistolares usuais, os guaranis experimentavam novas maneiras de

²⁴ No diário de Jacinto Cunha (1853, p. 293) também há uma menção a esta carta, contudo sem reprodução textual, apenas menciona: “[...] escrevendo elles uma carta, em que, dizem, é assignada por todos os povos, as Sr. general castellano, ignorando o que vem elle buscar com os Portugueses a estas Missões, que si elle quer entrar n’ellas com os castellanos, ou general D. Bruno, que já em outro tempo entrou nellas, que nenhuma duvida tem elles porem que se aparten dos portugueses, porque elles então nos acabariam, e se vingariam de termos sempre sido seus inimigos, e de dita carta pediam resposta.”

registrar por escrito o vivenciado. Diante do contexto de tensão e conflito em que estavam inseridos, eles aproveitaram as circunstâncias atípicas e produziram relatos visando alcançar novos objetivos. Tais escritos apresentam temas e inclusive abordagens novas da realidade missioneira, revelando uma faceta pouco conhecida da ação indígena nas reduções onde, além de lutarem empunhando suas lanças, eles utilizaram a escrita como uma arma, como um instrumento para protestar e denunciar as contradições presentes ao colonialismo ibérico setecentista.

Referências

- ALMEIDA, M.R.C. de. 2003. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 304 p.
- ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: subsequências do Tratado de 1750 – oposição dos jesuítas: depoimentos jurados de onze índios de 11 de fevereiro a 21 de agosto de 1756. 1937-1938. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, vols. 52, 53, 544 p.
- ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: subsequências do Tratado de 1750 – inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar. Rio de Janeiro, 1756-1757". Rio de Janeiro, v.71.
- BLUMERS, T. 1992. *La contabilidad en las reducciones guaraníes*. Asunción, Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica, 346 p.
- BOUZA ÁLVAREZ, F.J. 1992. *Del escribano a la biblioteca: La civilización escrita en la Alta Edad Media (siglos XV-XVII)*. Madrid, Síntesis, 159 p.
- BOUZA ÁLVAREZ, F.J. 1998. *Imagen y propaganda: Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid, Akal, 262 p.
- CASTILLO GÓMEZ, A. (org.). 1999. *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona, Gedisa, 362 p.
- CASTILLO GÓMEZ, A. (coord.). 2000. *Historia de la cultura escrita: Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada*. Gijón, TREA, 460 p.
- CASTILLO GÓMEZ, A. e SAEZ, C. 1994. Paleografia versus alfabetización: Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita. *Signo: Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 1: 133-168
- CERTEAU, M. de. 1994. *A invenção do cotidiano: 1: Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 351 p.
- CHARTIER, R. 1991. As práticas da escrita. In: R. CHARTIER (org.), *História da vida privada 3: Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo, Companhia das Letras, p.113-162
- CORTESÃO, J. 2001. *O Tratado de Madri*. Brasília, Senado Federal. Edição fac-similar. 2 vols., 436 p.
- CUNHA, J.R. 1853. Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrada às missões... *Revista do IHGB*, 16(11): 259-321.
- DIÁRIO que el capitán de Dragones D. Francisco Graell ha seguido en la presente expedición de Misiones contra los siete pueblos inobedientes de la banda Oriental del río Uruguay, desde el cuartel de Asamblea, en Montevideo, día 5 de diciembre de 1755, hasta 21 de junio de 1756. In: *Colección de documentos inéditos para la historia de España, por el marqués de la Fuensanta del Valle*. Madrid, Imprenta de José Perales y Martínez, 1892. tomo CIV, 684 p.
- FURLONG, G. 1962. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires, Ediciones Theoria, 789 p.
- GANSON, B. 2003. *The Guaraní under Spanish rule in the Rio de la Plata*. Stanford, Stanford University Press, 304 p.
- GIBSON, C. 1967. *Los aztecas bajo el dominio español*. México, Siglo XXI, 531 p.
- GOODY, J. 1988. *Domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa, Editorial Presença, 186 p.
- GOODY, J. 1987. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa, Edições 70, 222 p.
- GOLIM, T. 1998. *A Guerra Guaranítica: Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750/1761)*. Passo Fundo, EDIUPF; Porto Alegre, EDUFRGS, 624 p.
- GRUZINSKI, S. 1991. *La colonización del imaginario: sociedades indígenas y occidentalización en el México español: Siglo XVI-XVIII*. México, FCE, 311 p.
- JARQUE, F. 1687. *Insignes misioneros de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Pamplona, Joan Micón Impresor, 432 p.
- HAUBERT, M. 1990. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo, Companhia das Letras, 313 p.
- KERN, A.A. 1982. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 275 p.
- LOCKHART, J. 1999. *Los nabuas después de la Conquista: Historia social y cultural de los indios del México central, del siglo XVI a XVIII*. México, FCE, 717 p.
- MARAVALL, J.A. 1980. *La cultura del Barroco*. 2ª ed., Barcelona, Ariel, 544 p.
- MASY, R.C. de. 1992. *Estrategia de desarrollo rural en los pueblos Guaraníes (1609-1767)*. Barcelona, Instituto de Estudios Fiscales, 512 p.
- MATEOS, F. 1949. Cartas de indios cristianos del Paraguay (1753). *Missionalia Hispanica*, 6(18):547-583.
- MELIÀ, B. 1999. La reducción según los Guaraníes: dichos y escritos" In: R.A.F. GADELHA, *Missões Guaraní: Impacto na sociedade contemporânea*, São Paulo, EDUC, p. 55-64.
- MELIÀ, B. 2000. Un Guaraní reportero de guerra. *Acción: Revista Paraguaya de Reflexión y Diálogo*, 208:20-23.
- MELIÀ, B. 1970. Fuentes documentales para el estudio de la lengua guaraní de los siglos XVII y XVIII. *Suplemento Antropológico*, 5(1-2):113-161.
- MELIÀ, B. 2005. Escritos guaraníes como fuentes documentales de la historia paraguaya. *História UNISINOS*, São Leopoldo, 9(1):5-18.
- MORINIGIO, M. 1946. Sobre cabildos indígenas de las Misiones. *Revista de la Academia de Entre-Ríos*, Nueva Impresora, 1:29-37.
- NEUMANN, E.S. 2005. *Práticas letradas guaranis: Produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 381 p.
- NEUMANN, E.S. 2004. "Mientras volaban correos por los pueblos": Autogoverno e práticas letradas nas missões guaranis – século XVIII, *Horizontes Antropológicos*, 10(22):67-92.
- ORUÉ POZZO, A. 2002. *Oralidad y escritura en Paraguay: Comunicación, antropología e historia*. Asunción, Universidad Autónoma de Asunción, 172 p.

- PETRUCCI, A. 1999. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona, Gedisa, 320 p.
- PETRUCCI, A. 2002. *La ciencia de la escritura: Primera lección de paleografía*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 158 p.
- QUARLERI, L. 2005. La rebelión anunciada de las Misiones Guaraníes del antiguo Paraguay. *Suplemento Antropológico*, 40(2):41-73.
- SANTOS, J.R.Q. 2000. *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*. Bauru, Edusc, 250 p.
- WACHTEL, N. 1976. *Los vencidos: Los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570)*. Madrid, Alianza, 408 p.
- VILLAGRA-BATOUX, D. 2002. *El Guaraní Paraguayo: De la oralidad a la lengua literaria*. Asunción, Expolibro, 414 p.
- VIÑAO FRAGO, A. 1996. Por una historia de la cultura escrita: Observaciones y reflexiones. *Signo: Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 3:41-68.

Fontes originais

- Arquivo Geral de Simancas (A. G. S). Valladolid. Secretaria de Estado.
- Arquivo Geral de Índias (A. G. I.). Sevilha. Audiencia de Buenos Aires.
- Arquivo Histórico Ultramarino (A. H. U.), Brasil/Limites.
- Arquivo Histórico Nacional/histórico nacional (A. H. N). 1755. Madrid. Sección Clero-Jesuítas.
- Real Academia de la Historia (R. A. H.) Madrid. Colección Mata Linares. "Quinta Parte de lo que sucedió en las Misiones del Paraguay, el año de 1956 en orden a la entrega de los 7 Pueblos del Uruguay a la Corona de Portugal".

Submetido em: 16/10/2006

Aceito em: 17/06/2007